

Senado faz plantão no recesso

Uma comissão representativa, composta por sete senadores e 16 deputados, responderá pelo Congresso Nacional durante o recesso. Entre outras atribuições, eles ficarão encarregados de autorizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do país e de zelar pela preservação da competência legislativa do Congresso. A comissão deverá, também, fiscalizar os atos do Executivo e terá poder para convocar ministros de Estado e enviar-lhes pedidos de informações.

Integram a comissão representativa os senadores José Sarney, Renan Calheiros, Júlio Campos, Odacir Soares, Teotônio Vilela Filho, Antônio Carlos Valadares e Lauro Campos.

José Sarney comunicou a escala de membros da Mesa para o plantão: de 4 a 8 de julho, Sarney permanece à frente do plantão; de 9 a 12, Júlio Campos; de 13 a 18, Renan Calheiros; de 19 a 24, Odacir Soares; e de 24 a 31, Teotônio Vilela Filho.

Agaciel Maia assume hoje Direção-Geral

O economista Agaciel da Silva Maia será empossado hoje, às 10h30, pelo presidente José Sarney, no cargo de diretor-geral do Senado. Ele sucede no cargo a Alexandre Dupeyrat. O ato de posse será no gabinete da Presidência da Casa. Agaciel Maia exerceu por oito anos o cargo de diretor-executivo do Centro Gráfico do Senado.



Para Sarney, primeiro semestre marcou reencontro do Legislativo com a governabilidade

Congresso assegura a democracia, diz Sarney

"Presidentes do Senado e da Câmara fizeram funcionar de novo o sistema de poderes independentes, mas harmônicos"

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que a transformação do Congresso Nacional em instrumento da governabilidade política do país foi a maior conquista do Parlamento nesses últimos anos. "Ninguém mais pode debitar ao Congresso o fato de falhar na aprovação de matérias que são necessárias ao governo do país", disse.

Sarney observou que, no primeiro semestre, houve um reencontro do Congresso com a governabilidade. "Os presidentes das duas Casas -

Senado e Câmara - fizeram funcionar de novo o sistema de poderes independentes mas harmônicos, respeitando o debate e a controvérsia essenciais à democracia. Foi o fim da política como instrumento predatório do governo" - disse.

Ao fazer, durante entrevista coletiva, um balanço das atividades do Congresso no semestre, Sarney insistiu no papel decisivo desempenhado pelo Legislativo, ao viabilizar o reencontro do país com a base de governabilidade. Para o senador, isso representa ex-

pressivo avanço institucional, concorrendo para a superação da idéia de que o governo seja exercido unicamente pelo poder Executivo.

Nesse sentido, segundo frisou, o Brasil aproxima-se das democracias mais avançadas, nas quais os Paramentos são responsáveis pela estabilidade dos governos. Sarney destacou também o papel das oposições no processo de condução do país a uma fase política avançada, "mais madura", que não comporta ações políticas predatórias.

Senado vota 331 matérias no semestre

Página 3

Dinheiro da bebida pode ir para saúde

Página 4

Miranda apóia as mudanças na Caixa Econômica

Página 2

Miranda defende programa de reforma da Caixa

Interesses regionais dificultam debate objetivo sobre a proposta, diz senador, lembrando que orçamento para custeio da CEF este ano dá para construir meio milhão de habitações

Amin: Governo faz justiça a agricultores

Falando em nome da Frente Parlamentar da Agricultura, o senador Esperidião Amin (PPR-SC) afirmou que a decisão governamental de rever as condições de crédito e renegociar antigas dívidas dos agricultores "faz justiça a uma categoria que contribui decisivamente para o desempenho da economia brasileira". Na opinião do senador, o presidente Fernando Henrique, com o acordo promovido, evita a inadimplência generalizada do homem do campo e assegura a regularidade do abastecimento.



Amin

Amin observou que os agricultores têm sido vítimas da falta de planejamento de longo prazo, da escassez de recursos para o crédito rural, da espiral inflacionária, das imposições contidas nos numerosos planos de estabilização, e, principalmente, dos juros escorchantes praticados pelo sistema financeiro. Segundo lembrou, essa foi a conclusão da CPI do Endividamento da Agricultura, "infelizmente esquecida menos de dois anos após o encerramento dos trabalhos".

De acordo com Esperidião Amin, a atual crise tem suas raízes no Plano Collor, quando o índice de correção dos saldos devedores alcançou 74,6% contra apenas 41,28% do índice fixado para a correção dos preços mínimos. Esse descompasso, conforme garantiu, representou uma transferência de mais de US\$ 1 bilhão do setor agrícola para o setor financeiro. "sangria que ocorre ainda hoje".

O clima emocional que cercou de mal-entendidos o anúncio do Programa de Racionalização e Competitividade da Caixa Econômica Federal (CEF), apresentado pelo seu presidente, Sérgio Cutolo, tem impedido, até agora, um debate objetivo e circunstanciado do alcance da proposta. Essa é a opinião do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), que chamou a atenção para o fato de que o orçamento recebido este ano pela Caixa, somente para fins de custeio, foi de R\$ 4,7 bilhões, o suficiente para construir mais de meio milhão

de habitações para famílias de baixa renda.

A mais séria ameaça à implementação do Programa de Racionalização da CEF partiu, segundo Gilberto Miranda, de interesses políticos e regionais contrariados com a proposta de se substituírem as 31 superintendências regionais - "verdadeiros castelos lotados de funcionários voltados para atividades burocráticas que acabam se justificando por si próprias" - por escritórios de negócios, com estruturas organizacionais simplificadas, tecnicamente qualificadas e com maior auto-

nomia para decidir e executar negócios.

-Essa estrutura, muitíssimo mais enxuta, aproximará a CEF da sua clientela, tornando-a presença efetiva e positiva no dia-a-dia dos municípios - afirmou Gilberto Miranda, para quem é terrorismo psicológico a divulgação de notícias que dão como objetivo do programa a demissão de funcionários. "O que existe é a busca da racionalização na alocação dos recursos humanos da Caixa Econômica Federal, adequando-os às necessidades operacionais", garantiu.

Cabral diz que PP se fortaleceu

O Partido Progressista (PP), ao contrário do que tem sido divulgado, "está mais forte do que nunca", sustentou o senador Bernardo Cabral" (PP-AM), ao criticar alguns órgãos de imprensa que, segundo ele, informaram erradamente sobre a possibilidade de a agremiação perecer sob a nova lei orgânica dos partidos, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

Cabral citou dados do Tribunal Superior Eleitoral demonstrando a organização do partido em 26 dos 27 estados da Federação. O projeto de lei em tramitação permite que tenha direito a funcionamento o partido que obtiver o mínimo de 5% dos votos em pelo menos nove estados (1/3). "Obtivemos mais de 5% dos votos em 16 estados, sete a mais que o exigido pela proposta", frisou.

A média do partido, destacou Bernardo Cabral, é de 12,85%.

Odacir quer regulamentar profissão de dentista prático

As desigualdades regionais, segundo o senador Odacir Soares (PFL-RO), justificam alteração da lei que autoriza o exercício da odontologia apenas a cirurgiões-dentistas habilitados em curso superior. Para sanar o



Odacir

que considerou "uma lamentável omissão do legislador", o senador apresentou projeto regulamentando o exercício da profissão de dentista prático desenvolvida em zona suburbana ou rural. Ele informou que tem recebido, de todo o país, inúmeras manifestações de apoio à sua iniciativa.

Odacir Soares destacou que

o projeto, já em tramitação, estabelece algumas restrições, como a de os dentistas práticos não poderem realizar cirurgias, exceto extrações. Estariam proibidos, também, de prescrever e administrar anestésicos

gerais e medicamentos de uso interno. Finalmente, os dentistas práticos não poderiam exercer a atividade em órgãos públicos ou instituições assistenciais, "com exceção das localidades onde não existam profissionais diplomados, ou, existindo-os, não se interessem expressamente por tais cargos", informou.



Cabral

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Recebe Jean Gandois, presidente do Conselho Nacional do Patronato Francês;

10h30 - Posse do Diretor-Geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia;

11h30 - Recebe o professor Abraham Lowenthal, diretor do Centro de Estudos Internacionais da Universidade do Sul da Califórnia.

Senado vota 331 matérias no semestre

Pauta desobstruída permitiu agilizar a tramitação das emendas constitucionais. Quatro já foram aprovadas em primeiro turno: gás, conceito de empresa, cabotagem e telecomunicações

Desde o dia 16 de fevereiro, quando tiveram início os trabalhos da atual Legislatura, o Senado apreciou, nas 106 sessões realizadas, 331 matérias, das quais 187 foram projetos enviados à sanção presidencial ou à promulgação, mantendo-se limpa a pauta de votações.



Plenário realizou 106 sessões

Os senadores apresentaram 2.017 proposições e realizaram 955 pronunciamentos. O Congresso Nacional, por sua vez, também acelerou o ritmo, apreciando 125 matérias, entre as quais 38 medidas provisórias e 80 vetos do presidente da República, e encerrou o semestre antecorrendo, para iniciar o recesso de julho, nos termos da Constituição, votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A desobstrução da pauta do Senado permitiu agilizar a tramitação, na Casa, das propostas de emendas constitucionais aprovadas pela Câmara. Destas, quatro já estão aprovadas em primeiro turno - gás canalizado, conceito de empresa nacional, navegação de cabotagem e telecomunicações - e passam pelo segundo no início de agosto, quando começará também a apreciação na Casa da emenda que quebra o monopólio do petróleo.

Dez comissões especiais e de inquérito estão em funcionamento no Senado, inclusive as que preparam os novos Códigos Civil e de Trânsito. Foram instaladas no final de junho as comissões especiais da reforma político-partidária e da programação de rádio e televisão. Uma CPI - a dos agentes corruptores - aguarda designação das lideranças. Já as comissões permanentes realizaram 104 reuniões, nas quais 388 matérias foram relatadas.

Para dinamizar o funcionamento da Casa, a Mesa do Senado instalou a Comissão de Modernização, que realizou uma radiografia completa dos problemas e apontou soluções,

que agora estão sendo encaminhadas por um grupo de trabalho. Uma comissão especial está preparando a reforma do Regimento Interno. Foram instaladas a Corregedoria e o Conselho de Ética, responsáveis pela manutenção do decoro parlamentar.

A Mesa tem procurado incorporar novas tecnologias para agilizar o funcionamento do Senado e tornar suas atividades ainda mais transparentes para toda a sociedade. Foi informatizada a impressão do *Diário do Congresso*, que passou a circular em dia; adotou-se novo sistema, mais eficaz, de controle de comparecimento dos senadores às sessões, mediante painel instalado em plenário; liberou-se o acesso aos bancos de dados do Prodasen para pessoas físicas e jurídicas, através da Telebrasília, e também aos órgãos de imprensa; incluiu-se o Senado na Internet, como provedor de informações, com a utilização do Correio Eletrônico para troca de mensagens e acesso às informações disponíveis na rede interna de computação.

O Congresso também conseguiu desobstruir a pauta, aprovando 38 medidas provisórias, inclusive a que instituiu o Plano Real, e apreciando 80 vetos presidenciais, dos quais um - referente à aplicação da TR ao crédito rural - foi rejeitado. Foram aprovados também 6 projetos de lei e um projeto de resolução de autoria do Congresso. Os deputados e senadores pronunciaram 206 discursos durante as 16 sessões realizadas.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (16 de fevereiro a 30 de junho de 1995)

Projetos aprovados e enviados à sanção	69
Projetos aprovados e enviados à promulgação	118
Projetos aprovados e enviados à Câmara	25
Mensagens relativas à indicação de autoridades	7
Mensagens de escolha de chefes de missões diplomáticas	31
Requerimentos aprovados	13
Pareceres aprovados	1
Total de matérias aprovadas	264
Matérias enviadas ao arquivo	67
Total de matérias apreciadas	331

Projetos aprovados mudam para melhor vida do cidadão

Dentre os 89 projetos de iniciativa de parlamentares aprovados no primeiro semestre deste ano no Senado Federal, inúmeros trazem decisões de impacto direto e positivo sobre o dia-a-dia dos cidadãos brasileiros. A transparência das estatais, a regulamentação da doação de órgãos, o apoio aos programas de combate à miséria, o uso do celular são alguns exemplos tirados dessas propostas originárias do Legislativo.

O acesso aos balanços das estatais, permitindo a fiscalização mais ampla das suas atividades, foi assegurado. Outra proposta relevante aprovada neste semestre determinou a utilização dos estoques públicos de alimentos para apoiar programas de combate à fome e à miséria.

Uma questão que está mobilizando a sociedade - as regras para transplante de órgãos - foi objeto de projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. A matéria, prevendo que a doação seja transformada em regra, salvo expressa mani-

festação contrária feita em vida pelo possível doador, deverá ser logo enviada à apreciação da Câmara.

A proibição da exigência de atestados de gravidez ou esterilização nos processos de admissão em empresas foi outra decisão de importância para as mulheres. A qualidade de vida dos deficientes foi objeto de projeto que autoriza o Ministério da Educação a exigir das editoras do país uma proporcionalidade na publicação de obras em *braille*, para benefício da comunidade de cegos.

Depois de intenso debate, foi aprovado projeto que fixou o limite de comprometimento das despesas com o pagamento do funcionalismo. A proposta visa assegurar recursos no Orçamento para o atendimento de investimentos e despesas com atividades básicas.

Um dos inúmeros decretos legislativos regulamentou o uso do celular pelos brasileiros que transitarem pelos países do Mercosul.

Dinheiro da bebida e do cigarro para a saúde

Proposta do senador Pedro Piva prevê alíquotas mais elevadas da Cofins sobre os dois produtos, como alternativa ao IPMF para o financiamento da saúde pública no país



Gerson Camata

Terrenos de marinha para os estados

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou proposta de emenda à Constituição estabelecendo que os terrenos de marinha, ocupados por particulares ou por órgãos públicos estaduais e municipais, passarão a pertencer aos estados.

Atualmente, todos os terrenos de marinha são propriedades da União e, caso a proposta seja aprovada, só ficariam sob seu domínio os terrenos ocupados por órgãos públicos federais.

As cidades litorâneas serão as grandes beneficiadas com a medida. De acordo com o senador, os governos estaduais poderão regularizar os terrenos de marinha ocupados por particulares e, com os recursos arrecadados no processo de regularização, poderiam ser realizadas naquelas áreas obras de infraestrutura urbana.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) apresentou projeto de lei complementar que fixa em 20 pontos percentuais a alíquota da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre o faturamento correspondente à receita bruta das vendas de cigarros e bebidas alcoólicas.

Piva explica que a medida proposta tem caráter emergencial e, se aprovada,

podrá oferecer ao Poder Executivo os meios necessários para o custeio da saúde, até que se faça a reforma tributária.

Reconhecendo que a contribuição sobre movimentação financeira defendida pelo ministro Adib Jatene é uma proposta justa, "porque atinge a todos", mas pode



Pedro Piva

desestabilizar a economia pelo efeito cascata que produz, Pedro Piva esclareceu que, pelo projeto de sua autoria, os recursos virão dos produtos que trazem mais malefícios para a saúde e, por isso, contribuem significativamente para o crescimento da demanda por hospitais.

Lobão protesta contra cortes no Orçamento

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que os vetos às emendas orçamentárias efetuados pelo Ministério do Planejamento, no caso específico do Maranhão, "inviabilizaram uma série de obras e de serviços indispensáveis para minorar o sofrimento da população mais carente ou para promover



Edison Lobão

o desenvolvimento econômico de regiões promissoras".

Os recursos orçamentários que se destinavam ao Maranhão, segundo o senador, foram cortados em R\$ 142,34 milhões, que seriam aplicados nos setores de transportes, saúde e saneamento, educação, cultura, habitação e urbanismo.

CD-Rom traz legislação desde 46

Todas as normas jurídicas brasileiras aprovadas a partir de 1946 até o primeiro semestre deste ano vão estar disponíveis em CD-Rom a partir de agosto próximo. O Senado Federal lançará o CD com a base de dados de-

nominada *Normas Jurídicas - NJUT*.

O projeto foi desenvolvido em trabalho conjunto da Secretaria de Análise e do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).

Crise ameaça três setores, diz Palmeira

Os seis meses do governo Fernando Henrique Cardoso, na opinião do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), foram de conquistas inegáveis, mas resta enfrentar outras questões como a definição de uma política agrícola e a fixação de políticas específicas para três setores sob risco de desaparecimento: a indústria têxtil, a de calçados e o setor sucro-alcooleiro.

Guilherme Palmeira também apelou à secretaria executiva do Programa Comunitário de Solidariedade para que sejam utilizados estoques de alimentos do governo federal, como forma de reduzir o êxodo rural nordestino.



Palmeira

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.